

Presidente do Senado defende convocação extraordinária para manter as investigações das comissões parlamentares de inquérito

Renan: Congresso não é possessão do Executivo

"O dia-a-dia demonstrou que não há vassalagem e que o Legislativo não é uma possessão do Executivo", afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao fazer balanço das atividades do Congresso Nacional. Ele defendeu a convocação extraordinária para que a interrupção dos trabalhos, prevista na Constituição, não fosse vista como "um fôlego para os culpados". Renan disse que o Congresso não tem o direito de negligenciar, nem de "virar as costas para o país". Ele prometeu controle rigoroso da frequência dos senadores e informou que, no período da convocação – a ser definido hoje –, não autorizará eventuais viagens dos parlamentares. **Página 3**

Novo rito para as medidas provisórias

A proposta de emenda constitucional que estabelece novas regras para a tramitação de medidas provisórias foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Pelo projeto do senador Antonio Carlos Magalhães, as MPs só teriam força de lei depois de admitidas pelas comissões de Justiça da Câmara e do Senado. **Página 4**

Moreira Mariz



Entre Efraim, Delcídio e Tuma, Renan defende a redução do período de recesso parlamentar

José Cruz



Proposta aprovada na CCJ permite identificar municípios que apresentem avanços em termos de bem-estar da população

Índices sociais para avaliar gestão pública

O primeiro passo para a criação de uma lei de responsabilidade social no país foi dado ontem com a aprovação, na Comissão de Justiça, de parecer favorável a proposta da senadora Lúcia Vânia. A matéria altera a Constituição e prevê a criação de indicadores para avaliar "avanços a serem perseguidos pelos gestores públicos no campo da ordem social". A exemplo do que ocorre com a Lei de Responsabilidade Fiscal, seriam definidas metas macrossociais para o país e instituído um índice nacional de responsabilidade social. **Página 8**

Incentivo a doações em favor de crianças

Projeto que facilita ao contribuinte deduzir do Imposto de Renda doações feitas aos fundos em favor da criança e do adolescente foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Página 6**

Rondônia pode ter intervenção federal

A comissão externa que investiga denúncias de corrupção em Rondônia aprovou parecer de Demostenes Torres que pede intervenção federal na Assembleia Legislativa do estado. **Página 6**

Situação das Forças Armadas em debate

Pagamento de royalties como compensação pela defesa de instalações públicas foi defendido em audiência que reuniu representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o ministro da Defesa. **Página 7**

Isonção para papel de livros e periódicos

O Plenário aprovou ontem isenção total de ICMS para papel de imprensa, livros e periódicos. Além disso, acolheu indicações de várias autoridades, feitas pelo Executivo. **Página 4**

Moreira Mariz



Efraim (sentado) discute requerimentos com senadores

CPI dos Bingos quebra sigilo e convoca depoentes

Na última reunião deste ano, a CPI dos Bingos aprovou 19 requerimentos solicitando quebra de sigilo e convocação de novos depoentes. **Página 5**

Em sessão tumultuada, parlamentares aprovam cinco dos 12 pedidos para reforço de dotações orçamentárias e analisam veto presidencial a reajuste de servidores do TCU

Congresso aprova créditos orçamentários para ministérios

Os ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho foram contemplados com autorização para ampliar despesas com pessoal e encargos em R\$ 426,8 milhões. O crédito adicional está entre os cinco pedidos para reforço de dotações orçamentárias aprovados ontem pelo Congresso Nacional.

Também foi beneficiado com crédito suplementar o Ministério das Cidades, que foi autorizado a gastar mais R\$ 25 milhões, a maior parte desse valor para garantir a contrapartida nacional para empréstimo externo relativo ao financiamento das obras dos metrô de Salvador e Recife.

Foi aprovada ainda uma suplementação de R\$ 46,9 milhões, com remanejamento de recursos de outras ações, para adequar os orçamentos dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A suplementação reforça ainda as dotações para a rubrica das operações oficiais de crédito.

O conjunto de projetos inclui ainda dotação destinada a ações dos orçamentos de empresas estatais, com crédito global de R\$ 453,6 milhões. Mas neste caso os



Parlamentares colocam na urna votos sobre reajuste do TCU. Resultado pode sair hoje

gastos são garantidos com redução de despesas das próprias empresas, em montante ainda superior, da ordem de R\$ 804,4 milhões.

Confronto

A sessão de ontem do Congresso foi marcada por um clima de confronto entre a base governista e a oposição. Por duas vezes, a sessão esteve sob ameaça de queda, em consequência de pedidos de verificação de quórum. O impasse aconteceu porque, na pauta, os pedidos de crédito estavam colocados à frente do veto presidencial a projeto que concedia 15% de reajuste aos servidores

do Tribunal de Contas da União (TCU). Mas o líder do PSDB, deputado Alberto Goldmann (SP), apresentou requerimento de inversão, para que antes fosse apreciado o veto. O vice-líder do governo, deputado Gilmar Machado (PT-MG), argumentou que acordo feito às vésperas garantia primeiro o exame dos créditos.

Por volta das 14h a sessão foi suspensa, depois da aprovação de cinco dos 12 pedidos de crédito orçamentário e da análise do veto presidencial. Os trabalhos devem ser retomados hoje, último dia da sessão legislativa do ano.

Comissão do Salário Mínimo elege representantes

A Comissão Mista do Salário Mínimo realizou ontem sua primeira reunião. Foi eleito presidente o deputado Jackson Barreto (PTB-SE), ficando com a vice-presidência o deputado

Walter Barelli (PSDB-SP). O relator será o senador Paulo Paim (PT-RS).

O objetivo da comissão é elaborar regras para uma política permanente de reajuste

do salário mínimo. Com isso, espera-se simplificar os debates que, anualmente, são realizados sobre o tema. Oito senadores e oito deputados, e igual número de suplentes, integram o colegiado.

Orçamento continua com "rombos", apesar de reestimativa

A Comissão de Orçamento (CMO) aprovou ontem reestimativa de R\$ 9,9 bilhões nas receitas líquidas que a União terá no próximo ano, abrindo caminho para que o governo federal conceda aumento mais elevado para o salário mínimo em maio próximo, corrija a tabela do Imposto de Renda e eleve o reajuste que o funcionalismo público terá em 2006. Apesar disso, o relator-geral do Orçamento, Carlito Merss (PT-SC), informou que ainda faltarão de R\$ 7 bilhões a R\$ 9 bilhões se for atender "de forma razoável" às demandas mais importantes.

A aprovação da reestimativa,

feita pelo Comitê de Receitas, integrado por parlamentares e assessorado por técnicos do Congresso, permitirá que a discussão do projeto orçamentário de 2006 seja acelerada. Durante a discussão da reestimativa das receitas, Carlito Merss detalhou os "rombos" que existem no projeto orçamentário, informando que deve apresentar ainda na semana que vem a redistribuição dos R\$ 9,9 bilhões adicionais. Apesar disso, o relator acredita que o Orçamento poderá ser votado pelo Congresso até a última semana deste mês, evitando que o governo comece 2006 sem um orçamento aprovado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Sessão pode ser a última do ano legislativo

A sessão de hoje, às 14h, é a última sessão do ano legislativo, que se encerra em 15 de dezembro. Pela Constituição, os trabalhos do Senado só seriam retomados em fevereiro, mas os presidentes do Senado e da Câmara já anunciaram a convocação extraordinária, a partir de data a ser definida.

Sabatina dos indicados para a Anac

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sabatina, às 10h, os indicados pelo governo para assumir a diretoria da recém-criada Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que substituiu o Departamento de

Aviação Civil (DAC) no controle do transporte aéreo de cargas e de passageiros. Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais vota projeto para incentivar contratação de maiores de 40 anos (PLS 126/05).

CPI dos Correios

A CPI dos Correios vota requerimentos às 10h. A partir das 14h, estão previstas reuniões das sub-relatorias de Contratos, para ouvir donos da Skymaster, e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que ouve representante de multinacional de seguros.

Coral de Natal

Às 20 horas, no Teatro Nacional, será realizado o Concerto de Natal do Coral do Senado Federal. O evento conta com repertório que inclui *Ave Maria* e outros hinos natalinos, além da apresentação de compacto da ópera *Carmem*.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes e Paulo Paim

Eleita comissão representativa

O Plenário elegeu ontem os senadores que integrarão a comissão representativa do Congresso durante o período de recesso parlamentar. A medida obedece ao que determina o parágrafo 4º do artigo 58 da Constituição federal. A Câmara dos Deputados também já escolheu os deputados representantes na comissão.

Do bloco PFL/PSDB, foram eleitos como titulares os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Os suplentes escolhidos foram Heráclito Fortes (PFL-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Entre os senadores do PT e do bloco de apoio ao governo foram eleitos como titulares Delcídio Amaral (PT-MS) e Fernando Bezerra (PTB-RN). Para suplentes foram escolhidos Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ideli Salvatti (PT-SC). O PMDB estará representado na comissão pelos senadores Renan Calheiros (AL) e Ney Suassuna (PB). Os suplentes do partido são Valdir Raupp (RO) e Luiz Otávio (PA).

Foi eleita, para representar o PTB e os demais partidos, como titular, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Como suplente, foi escolhido o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Deputados

Os deputados eleitos como titulares são Henrique Fontana (PT-RS), Rubens Otoni (PT-GO), Wasny de Roure (PT-DF), Albérico Filho (PMDB-MA), Mauro Benevides (PMDB-CE), Pedro Chaves (PMDB-GO), Fernando de Fabinho (PFL-BA), Rodrigo Maia (PFL-RJ), Alberto Goldman (PSDB-SP), Sebastião Madeira (PSDB-MA), Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), Néelson Meurer (PP-PR), Elaine Costa (PTB-RJ), Nilton Capixaba (PTB-RO), Jorge Pinheiro (PL-DF), Geraldo Resende (PPS-MS) e Severino Alves (PDT-BA).

Foram escolhidos como suplentes os deputados Gilmar Machado (PT-MG), Neyde Aparecida (PT-GO), Odair Cunha (PT-MG), Leandro Vilela (PMDB-GO), Pedro Novais (PMDB-MA), Teté Bezerra (PMDB-MT), Bismarck Maia (PSDB-CE), Ronaldo Dimas (PSDB-TO), Feu Rosa (PP-ES), Professor Irapuan Teixeira (PP-SP), Pastor Frankembergen (PTB-RR), Ricarte de Freitas (PTB-MT), Maurício Rabelo (PL-TO), Ivan Paixão (PPS-SE) e André Figueiredo (PDT-CE). O bloco PFL/Prona ainda não indicou seus suplentes.

Em discurso no Plenário, presidente do Senado reafirma a independência do Legislativo e critica o "terrorismo retórico" daqueles que apostaram na impunidade

Renan defende convocação para manter investigações das CPIs

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou ontem o que chamou de "terrorismo retórico" de quem apostou na impunidade. Ele defendeu a convocação extraordinária do Congresso Nacional, para que as investigações das comissões parlamentares de inquérito não sejam interrompidas, e reafirmou a independência do Poder Legislativo.

– O dia-a-dia demonstrou que não há vassalagem e que o Legislativo não é uma possessão do Executivo. A genuflexão, definitivamente, não é a nossa vocação – assinalou.

Renan frisou que as investigações e cassações têm transcorrido dentro da legalidade e das regras democráticas, numa demonstração inequívoca de amadurecimento do país. Ele disse que muitos evocaram fantasmas inexistentes, teses desestabilizadoras, crises institucionais e "outras insinuações sinistras".

– A paranóia inventou até um golpismo midiático. A imprensa livre mostrou que não é domesticável, porque isso, em última instância, implica tentar domar a sociedade. Àqueles que sugeriram conspirações e maquinações antidemocráticas, está aí o mais expressivo exemplo de



Entre Efraim e Delcídio, Renan informou que haverá controle de frequência em janeiro

que as instituições estão sólidas e exercendo suas funções com independência – afirmou.

A convocação extraordinária foi defendida por Renan para que a interrupção das investigações não fosse vista como "um fôlego para os culpados".

– Agi por convicção, com espírito público e no intuito de preservar a imagem do Legislativo, a imagem da instituição. A história não poupa os omissos, não absolve o descuido. O Congresso não tem o direito de negligenciar, de virar as costas para o país interrompendo as investigações ou sobrestando os processos de cassação – enfatizou.

De acordo com Renan, o custo da convocação extraordinária é

uma discussão menor comparada à frustração da sociedade caso os trabalhos das CPIs não prossigam. O presidente do Senado disse que também é preciso assegurar a presença dos parlamentares e uma pauta viável.

– Não autorizaremos viagens para parlamentares e faremos o controle rigoroso da frequência. O comparecimento mínimo será de dois terços das sessões, como manda a Constituição, e cortaremos, se for necessário, o ponto dos faltosos – anunciou.

Renan também defendeu a redução do tempo de recesso parlamentar para dois períodos, no meio e no fim do ano, como forma de inibir futuras convocações extraordinárias.

Período de trabalho extraordinário do Congresso será definido hoje

A definição das datas e da forma da convocação extraordinária do Congresso Nacional ficou para hoje, último dia da sessão legislativa. Os presidentes Renan Calheiros, do Senado Federal, e Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados, não chegaram ainda a um acordo sobre o assunto, mas deverão anunciar as datas após os líderes partidários serem ouvidos.

Um pouco antes de se ausentar da sessão deliberativa na noite de ontem, para participar de jantar em sua residência com parlamentares, Renan afirmou que já há decisão quanto à necessidade da convocação do Congresso.

Conforme noticiou a Agência Câmara, Aldo Rebelo estaria defendendo a autoconvocação

do Congresso a partir de 16 de dezembro, se houver acordo para apreciar o Orçamento ainda este ano. Se não existir entendimento nesse sentido, Aldo então defenderia o início dos trabalhos extraordinários após a primeira quinzena de janeiro.

Na avaliação do presidente da Câmara, decidida a convocação extraordinária, seriam agendadas para exame matérias como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Supersimples) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Senado concentraria esforços, entre outros pontos, na modificação do processo de tramitação das medidas provisórias.

Clima de Natal invade o Plenário do Senado

O clima de Natal se fez presente ontem na penúltima sessão deliberativa do Senado em 2005. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) presenteou com uma caneca de chá, ornamentada por desenhos de tucanos, o senador oposicionista Arthur Virgílio (PSDB-AM). Irônico, Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu que o governo estava dando um tratamento melhor à oposição que o dispensado aos aliados.

Poucos minutos depois, uma pequena festa de aniversário, com direito a bolo, marcou os dois anos de fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), presidido pela senadora Heloísa Helena (AL).

Senado aprova indicações de autoridades

O Plenário do Senado aprovou ontem indicações de diversas autoridades, feitas pela Presidência da República, para exercer missão diplomática no exterior, ocupar cargos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e em diretorias de agências reguladoras.

O nome de Pedro Luiz Rodrigues foi aceito para o cargo de embaixador do Brasil na Nigéria, em Níger, no Chade e em Benin. Foi aprovada ainda a indicação de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para a embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe.

O Senado também ratificou a escolha de Roberto Pires Coutinho para o cargo de embaixador do Brasil em Belize; de José Augusto Lindgren Alves na Hungria; e de Luiz Fernando de Andrade Serra em Gana, em Togo e em Burkina Fasso.

Cade

Os senadores aprovaram ainda a indicação de Abraham Benzaquen Sicsú e Paulo Furquim de Azevedo para exercerem cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Também foi escolhido o nome de Mauro Barbosa da Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e de Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para diretor de Administração e Finanças daquele órgão.

Os parlamentares acolheram ainda a recondução de José Machado ao cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e de Benedito Pinto Ferreira da Braga Júnior, ao cargo de diretor do órgão.

Da mesma forma, foi aprovada a indicação de Joísa Campanher Dutra Saraiva e de Edvaldo Alves Santana para ocuparem cargos na diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Passo Fundo: capital nacional da literatura

A cidade de Passo Fundo (RS) foi declarada ontem capital nacional da literatura com a aprovação, pelo Senado, de projeto da Câmara (PLC 98/05). O município é sede da Jornada Nacional da Literatura, promovida desde 1981.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) se opuseram ao projeto. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a proposição, que vai à sanção presidencial.



Geraldine Magela
Fortalecimento dos indicadores econômicos permitiu dispensar ajuda do fundo, afirma Ideli

Ideli: ao liquidar dívida, governo diz "Fora FMI"

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, ao antecipar o pagamento das dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que totalizam R\$15,5 bilhões, o governo Lula concretizou uma das bandeiras do PT: "Fora FMI". Com a antecipação da liquidação da dívida, que venceria em 2007, disse, o país vai economizar aproximadamente R\$ 900 milhões em juros.

– O organismo não precisa mais estar no Brasil, pois tivemos a capacidade de dispensá-lo com o fortalecimento dos indicadores macroeconômicos.



Roosevelt Pinheiro
Teotônio aponta desinteresse de empresas privadas devido à insegurança quanto às normas

Teotônio critica primeiro leilão de energia nova

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou a ausência de empresas privadas no primeiro leilão de energia nova, marcado pelo governo para amanhã.

O desinteresse da iniciativa privada, afirmou ele, seria devido à falta de segurança com relação às normas estabelecidas e a inviabilidade no preço máximo pretendido pelo megawatt/hora gerado, fixado pelo governo em torno de R\$ 116 reais.

– O governo do PT não conseguiu delimitar marco regulatório consistente para o setor – disse.

Romero Jucá afirma que a isenção do imposto deverá permitir o desenvolvimento da produção de papel de imprensa. E a Comissão de Justiça aprova mudanças na tramitação de medidas provisórias

Aprovada isenção total do ICMS para papel de imprensa, livros e periódicos

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto de lei (PLS 247/04), de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que concede isenção total do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para papel de imprensa, livros, jornais e periódicos. Jucá disse que a aprovação do projeto – encaminhado pelo fato de a reforma tributária ter parado na Câmara – deverá permitir o desenvolvimento da produção de papel de imprensa no Brasil.

Ao encaminhar a votação, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou que o país, apesar de ser um grande produtor e exportador mundial de papel, ainda importa grande quantidade de papel de imprensa.

– Vamos, seguramente, não apenas tornar o país auto-suficiente em papel de imprensa, como também vamos permitir a exportação nesse segmento – comemorou Mercadante.



Geraldine Magela
Aceita pelo Plenário, a matéria segue agora para sanção do presidente da República

Com a aprovação da matéria, os livros, jornais e periódicos ficarão livres do ICMS que houver incidido em outros insumos, que não o papel de imprensa, necessários à sua produção, como máquinas de

impressão e tinta. A medida colocará o produto brasileiro em igualdade de condições com o estrangeiro, que é totalmente livre de ICMS. O projeto segue para sanção do presidente da República.

Aprovados dois empréstimos do Bird

O Senado aprovou ontem autorizações para que os estados de Minas Gerais e do Amazonas contratem operações de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). No caso de Minas Gerais, o valor do empréstimo é de US\$ 35 milhões. O dinheiro deve ser aplicado em programa de combate à pobreza rural no noroeste do estado, região mineira que apresenta Índice de Desenvolvimento Humano bastante baixo. O empréstimo para o Amazonas, de US\$ 140 milhões, destina-se a financiar, parcialmente, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).

A bancada do Espírito Santo cobrou a votação de uma terceira autorização de um empréstimo do Bird, no valor de US\$ 80 milhões, para obras rodoviárias e de saneamento no estado. Segundo Gerson Camata (PMDB-ES) e Magno Malta (PL-ES), esse pedido vinha sendo tratado no governo ao mesmo tempo com as de Minas e do Amazonas, mas a mensagem presidencial não foi enviada ao Senado com as outras duas aprovadas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que, caso a mensagem não chegue até hoje, constará da pauta da convocação extraordinária.

Comissão de Justiça altera rito para tramitação de medidas provisórias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Edison Lobão (PFL-MA) favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 72/05, apresentada pelo presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que altera as regras para edição e tramitação de medidas provisórias (MPs). A matéria segue para o Plenário do Senado.

Pela proposta, as MPs só terão força de lei depois de admitidas pelas comissões de Justiça da Câmara ou do Senado (as medidas ingressariam alternadamente numa das Casas e não mais obrigatoriamente pela Câmara dos Deputados). A Comissão de Jus-

tiça teria cinco dias para verificar o cumprimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. A PEC também proíbe a edição de MPs para aumentar impostos ou para legislar sobre matéria relativa a contratos. As medidas perderiam o efeito caso não sejam convertidas em lei em 120 dias. A Câmara teria até 60 dias para apreciar a MP, e o Senado, 45 dias.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), solicitou verificação de quórum na tentativa de impedir a aprovação do parecer, mas a manobra não surtiu efeito. Mesmo com senadores da base se ausentando da sala, o quórum foi alcançado, e o parecer de Lobão, acolhido por 10 votos.

Jefferson quer discutir fim do pagamento da ajuda de custo pelo trabalho no recesso

Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, maior discussão sobre a extinção do pagamento de ajuda de custo aos senadores pelas convocações extraordinárias no recesso.

– Mais uma vez o Congresso se depara com a dúvida sobre pagar ou não a ajuda de custo. Essa dúvida nos leva ao constrangimento de receber até três remunerações por



Roosevelt Pinheiro
Jefferson Péres

um período de descanso interrompido por um mês, o que não precisamos, porque temos passagens, moradia e transporte pagos pelo Legislativo – argumentou.

O senador se disse favorável à convocação extraordinária do Congresso entre 15 de janeiro a 15 de fevereiro, mas salientou que não há base constitucional que obrigue o pagamento.



Roosevelt Pinheiro
As proposições visam à qualificação profissional desse grupo da população, diz Tourinho

Tourinho anuncia projetos para moradores de rua

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) registrou ontem a passagem do Dia Nacional de Combate à Pobreza e anunciou que pretende apresentar projetos de lei para beneficiar os moradores de rua. Para resolver os problemas desse grupo da população, disse, é preciso implementar diversas políticas públicas que constem, inclusive, do Plano Plurianual (PPA).

O parlamentar informou que está elaborando proposições no sentido de garantir atendimento médico e ensino profissionalizante para os moradores de rua.



Roosevelt Pinheiro
Iniciativa da Rede Globo de Televisão foi saudada em Plenário por Paulo Octávio

Paulo Octávio elogia minissérie sobre JK

Paulo Octávio (PFL-DF) parabenizou a Rede Globo de Televisão pela minissérie JK, de Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira, que estréia em 3 de janeiro, que retrata a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senador participou do lançamento da minissérie, realizado no memorial JK, em Brasília, na terça-feira, com a presença de artistas, familiares e amigos de Juscelino.

– Nota-se nessa produção todo um carinho e respeito, sem que isso signifique afastar a fidelidade histórica da trajetória de JK.

Geraldo Magela



José Jorge cita pesquisa CNI/Ibope, que aponta vitória de Serra sobre Lula, por 37% a 31% dos votos

José Jorge: Lula perde no primeiro turno em 2006

Comentando pesquisa sobre o governo Lula encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope, o senador José Jorge (PFL-PE) destacou que pela primeira vez o presidente perde para o possível candidato José Serra nas simulações do primeiro turno da eleição de 2006.

– Gostaria de citar uma frase do jornalista Cláudio Humberto: “Depois do Lula-lá e do Lula-já, veio o Lula-longe. Agora é o Lula-vá...”. E quem pode dizer “Lula-vá” é a população brasileira – afirmou.

Roosevelt Pinheiro



Para ACM, salto do capital da empresa do filho do presidente deve ser esclarecido

ACM: Lula deve explicar negócios de seu filho

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou do presidente Lula explicações sobre transação entre a Telemar e a empresa Gamcorp, da qual é sócio o filho de Lula, Fábio Luís.

Segundo o senador, a Gamcorp foi criada em novembro de 2004 com um capital de R\$ 10 mil, que em janeiro de 2005 saltou para R\$ 5,2 milhões.

– Estes números são provas. O pior é que Lula afirma não ter nada a ver com os negócios do seu filho. Que resposta simples, para não dizer cínica! – assinalou Antonio Carlos.



Segundo Aelton, há prefeituras aguardando a liberação de empréstimos desde julho de 2002

Efraim diz que Palocci prestará depoimento à CPI dos Bingos na primeira semana após o recesso parlamentar. Comissão deve apresentar primeiro relatório no início do próximo ano

CPI quebra mais sigilos e convoca ex-secretária de Delúbio e motorista

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos aprovou ontem, na última reunião do ano, 19 requerimentos solicitando quebra de sigilos e novas convocações para depoimentos.

De autoria do relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foram aprovados 11 requerimentos, entre eles os que pediam a complementação da quebra dos sigilos telefônicos de Waldomiro Diniz, Carlos Augusto Ramos (Carlinhos Cachoeira), Ademirson Ariovaldo da Silva, Juscelino Dourado, Ralf Barquete e Vladimir Poletto. Com isso, serão abertos os sigilos de novas linhas telefônicas utilizadas por esses investigados. Tiveram seus sigilos quebrados pela comissão José Paulo Teixeira Cruz Figueiredo e Arthur

José Valente de Oliveira Caio, donos de casas de bingos.

A CPI aprovou a convocação de Éder Eustáquio Soares Macedo, o motorista do Omega que teria transportado, em julho de 2002, as três caixas de uísque supostamente contendo US\$ 3 milhões, do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, para São Paulo. O dinheiro, que teria vindo do governo de Cuba, seria usado em campanhas do PT. Também foram convocadas Solange Pereira de Oliveira, ex-secretária de Delúbio Soares no PT, e Isabel Bordini, superintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (SP).

Outro requerimento solicita ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) relatório das operações em nome de Paulo Okamoto,

presidente do Sebrae e amigo pessoal do presidente da República.

Ao final da reunião, o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), voltou a garantir que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vai prestar depoimento “na primeira semana após o recesso parlamentar”. Disse ainda que, assim que os trabalhos forem reiniciados em 2006, o relator divulgará o primeiro relatório parcial da CPI. Como prioridades para o próximo ano, Efraim citou os depoimentos do ex-deputado federal José Dirceu, do ex-secretário-geral do PT, Silvano Pereira, e de Roberto Carlos Kurzweil, que foi citado em reportagem da revista *Veja* como participante do suposto transporte de dólares doados pelo governo cubano.

Roosevelt Pinheiro



Efraim adverte que, no pleito do próximo ano, cidadão dará o troco aos que o enganaram

Efraim: 2005 ficará na história do Brasil como o ano da desilusão

Efraim Morais (PFL-PB) afirmou em Plenário que 2005 entrará para a história do país como o ano da desilusão. “Caiu a máscara de guardião da moralidade que o PT ostentava”, disse ele, em alusão às denúncias de corrupção envolvendo o partido e o governo Lula. O senador previu que chegará a hora de o cidadão dar o troco aos que o iludiram, antecipando eventual acerto de contas nas eleições de 2006.

– Desde sua fundação, o PT fez da ética e da moral a viga mestra de seu discurso político. Foi implacável e, muitas vezes, injusto e impiedoso com seus adversários – frisou.

Efraim Morais lembrou que a CPI dos Bingos – da qual é presidente –, assim como a dos Correios, teve seus trabalhos prorrogados até abril de 2006, e previu que “muita faxina ainda há de se fazer em função do volume de denúncias e documentos coletados”.



Projeto de Zambiasi obriga escolta no transporte intermunicipal de valores

Zambiasi defende escolta a carros-forte nas rodovias

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto determinando que o transporte intermunicipal de valores em carros-forte tenha, obrigatoriamente, a escolta de veículo de empresa especializada. O senador justificou a medida diante da inquietação dos empresários e vigilantes com o aumento dos assaltos a esses veículos nas rodovias do Rio Grande do Sul.

Zambiasi citou notícia publicada no jornal *Zero Hora*, do último dia 5, segundo a qual uma quadrilha com fuzis e metralhadoras atacou um carro-forte que estava desacompanhado de escolta, matando dois vigilantes e levando R\$ 900 mil.

– Na ação, os criminosos usaram um caminhão para abalroar o blindado, que foi jogado para fora da pista – relatou Zambiasi, acrescentando que ocorrências semelhantes têm sido registradas também na região serrana do seu estado.

Roosevelt Pinheiro



Antero Paes de Barros: resolução é “documento farisaico, que omite, mente, agride e ofende”

Antero Paes de Barros rebate acusações do PT

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) rebateu acusação contida em resolução do PT de que sua campanha ao governo de Mato Grosso em 2002 teria sido financiada por João Archanjo Ribeiro, acusado de chefiar o crime organizado no estado.

O senador solicitou registro nos Anais do Senado das providências adotadas por ele na CPI do Banestado sobre o caso João Archanjo, hoje preso no Uruguai, para mostrar sua inocência.

– A resolução é canalha e mentirosa – protestou.

Roosevelt Pinheiro



Gilvam Borges assume cargo declarado vago pela Mesa diretora em razão de sentença do TSE

Gilvam Borges agradece mandato ao povo do Amapá

Em seu primeiro discurso após tomar posse como senador pelo Amapá, Gilvam Borges (PMDB) agradeceu ao povo de seu estado e disse que deve trabalhar “dobrado, triplicado, multiplicado”, para cumprir o restante do mandato. O senador ocupou o cargo declarado vago pela Mesa diretora em virtude da cassação do diploma e registro de João Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– Retomo o mandato que injustamente me foi tomado. Mas assumo sem ressentimentos – disse.

Projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos

Doações em favor de crianças poderão ser deduzidas do IR

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, ontem, parecer favorável a projeto de lei da deputada Angela Guadagnin (PT-SP) para permitir aos contribuintes deduzirem do Imposto de Renda devido as doações feitas aos fundos nacional, estaduais e municipais em favor da criança e do adolescente. A matéria (PLC 51/04), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), será agora examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto não institui novo benefício fiscal, mas altera a sistemática atualmente adotada para facilitar a opção dos contribuintes pela dedução do Imposto de Renda (pessoa física e pessoa jurídica) e aumentar o controle da aplicação dos recur-

sos, explicou o relator, senador Flávio Arns (PT-PR). Segundo a proposta, a doação poderá ser feita no momento do ajuste do Imposto de Renda, o que, avalia Arns, deverá resultar em mais recursos para aplicação em políticas que beneficiem crianças e adolescentes.

A CDH acolheu ainda parecer favorável ao PLS 452/03, do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que inclui como dependente do segurado, entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, filho ou irmão portador de deficiência mental. Pelo projeto, para que o benefício seja concedido, a deficiência mental – absoluta ou relativa – deve ser declarada judicialmente. A matéria será analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Proposta de Paim (D) tem parecer favorável aprovado pela CDH, presidida por Cristovam

Comissão aprova projeto que proíbe métodos de seleção humilhantes

Projeto que proíbe uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador teve parecer favorável aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Do senador Paulo Paim (PT-RS), o PLS 262/03 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fixando indenização que varia de dez a 50 vezes o valor do salário estabelecido para o cargo exercido pelo trabalhador, a ser paga pelo empregador ou pelo recrutador. O projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Paim formulou o projeto a partir de denúncias que recebe indicando processos de seleção de trabalhado-

res que são efetuados com desrespeito às pessoas, especialmente em relação às mulheres e aos negros. O senador disse que muitas empresas utilizam, inclusive, detector de mentiras para avaliar os candidatos ao emprego. A relatora, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), salientou que o direito das pessoas não pode ser isolado. Para ela, o direito ao trabalho precisa estar unido ao direito à honra e à dignidade.

A CDH aprovou ainda requerimento do presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para a realização de audiência pública para esclarecer as informações veiculadas pela imprensa sobre o fato de que pessoas estariam sendo usadas como cobaias para o estudo da malária no Amapá.

Roosevelt Pinheiro



Raupp: gestão de Sueli Aragão em Cacoal melhorou qualidade de vida da cidade

Raupp elogia atuação de prefeita

Valdir Raupp (PMDB-RO) enalteceu o trabalho da prefeita de Cacoal (RO), Sueli Aragão, que, segundo afirmou, colocou o município entre aqueles que têm os melhores índices de qualidade de vida e desenvolvimento social da região Norte, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O senador destacou que, nos últimos cinco anos da gestão da prefeita, o município recebeu o maior volume de investimentos em obras de infra-estrutura e serviços públicos de toda sua história. O aumento da oferta de vagas nas escolas, disse Raupp, está entre as principais ações da prefeitura.

Paim anuncia mediação de conflitos

Vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS) informou que, após audiência na segunda-feira sobre conflitos de terra envolvendo os índios krahôs/kanelas, do Tocantins, ele intermediou negociação entre a tribo, o proprietário da área e o governo federal. Assim, foi fechado acordo para garantir a desapropriação e a titularidade da terra aos krahôs/kanelas. Paim disse ainda ter solicitado a mediação do Ministério da Justiça para conflito que envolve 500 famílias da tribo guarani-caiovas ameaçadas de despejo em Mato Grosso do Sul.

Comissão externa recomenda intervenção federal em Rondônia

A Comissão Externa - Rondônia aprovou, ontem, por unanimidade, o relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que propõe ao presidente da República a decretação da intervenção federal em Rondônia para restabelecer a ordem pública, “diante dos inúmeros indícios de corrupção” na assembléia legislativa daquele estado. O relator lembra que, na hipótese de grave perturbação da ordem pública, a intervenção, pelo presidente da República, é decretada sem apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário.

Demostenes informou ainda que cabe ao chefe do Poder Executivo especificar amplitude, prazo e condições da intervenção, bem como nomear interventor. Em 24 horas, as decisões deverão ser submetidas ao Congresso Nacional.

O relatório solicita também que a Polícia Federal e o Ministério Público do estado agilizem a conclusão dos inquéritos que poderão culminar em ações judiciais propondo a cassação de 23 deputados estaduais que, segundo denúncias, estariam envolvidos em corrupção. Dessa forma, como lembrou o relator, seria possível dar posse aos respectivos suplentes.

Em 43 páginas, Demostenes relata os fatos apurados desde a gravação de fitas de vídeo – que foram veiculadas pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, nas quais aparecem deputados estaduais pedindo propina ao governador de Rondônia, Ivo Cassol, para



Relatório de Demostenes pede agilidade à Polícia Federal e ao Ministério Público

aprovar projetos de interesse do governo – até à descoberta de uma “folha salarial paralela”, com servidores comissionados “fantasmas”, cuja remuneração era entregue aos próprios deputados.

– Com essa “folha paralela”, foram desviados, entre junho de 2004 e maio de 2005, cerca de R\$ 15 milhões, segundo investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual – avaliou o parlamentar.

O relatório solicita também ao Ministério Público e à Polícia Federal a realização de investigações mais aprofundadas sobre as ações do governador Ivo Cassol. por haver indícios de que, no exercício do cargo, o governador possa ter cometido irregularidades administrativas, civis e penais, que, como defendeu Demostenes, devem ser apuradas e punidas, caso sejam comprovadas.

Iris de Araújo não crê que reforma política elimine corrupção

Iris de Araújo (PMDB-GO) manifestou, ontem, seu descrédito com a eficácia das medidas propostas pela reforma política visando à correção das práticas de corrupção presentes na administração pública brasileira. Os políticos corruptos, disse a senadora, “sempre vão encontrar uma maneira de burlar as regras estabelecidas para continuar a subtrair do erário somas magníficas de dinheiro que irão engordar suas polpudas contas nos paraísos fiscais”.

Na opinião de Iris, o país precisará sofrer uma revolução na forma de gerir os recursos públicos a fim de que os governos consigam usar “cada tostão” arrecadado em obras e ações exclusivamente voltadas para atender ao interesse da população.

– Bastariam os 10% ou 20% dos recursos desviados pela sangria da máquina estatal para saciar a fome dos 45 milhões de brasileiros ainda



Para atender a população, Iris defende outra forma de gerir os recursos públicos

situados na linha de pobreza próxima da absoluta – afirmou.

Ao se referir a pesquisas de opinião pública revelando a queda de confiança na classe política, a senadora lembrou que a responsabilidade pela atual imagem ruim dos partidos deve ser atribuída apenas a uma parcela de seus membros, gananciosos, desonestos e impatriotas.

Jane Araújo



Tião Viana (segundo à direita), com Eulides Matos, Rubens Brochado e Juniti Saito

Senado realiza sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro

O Dia do Marinheiro, celebrado em 13 dezembro – data do nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o almirante Marquês de Tamandaré –, foi comemorado ontem em sessão especial. O requerimento da homenagem é de autoria de Tião Viana (PT-AC).

– Vamos prestar homenagem a todos os homens do mar, dignificando o Dia do Marinheiro – ressaltou.

Tião Viana destacou que 95% do comércio exterior e 80% do petróleo nacional dependem do mar. Fonte de lazer, pesca e turismo, são áreas que, na avaliação do senador, podem ser mais bem exploradas no país. As ações de saúde promovidas pela Marinha, com a utilização de três navios na costa brasileira, também foram celebradas pelo parlamentar.

O almirante-de-esquadra Eulides de Matos, chefe do Estado-Maior da Armada (representando a Marinha), o general-de-divisão Rubens Silveira Brochado (representando o Exército) e o tenente-brigadeiro-do-ar Juniti Saito (representando a Aeronáutica) participaram da sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro.

Recursos

Presente à solenidade, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a importância da Marinha para o Brasil e o seu povo.

Maciel pede que governo conclua programa de reposição da frota

O senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou, na sessão especial de homenagem ao Dia do Marinheiro, a importância da Marinha para o país em diferentes aspectos e não apenas no campo estritamente militar, como dispõe a Constituição. O senador observou que o momento deve servir para debater a questão do reaparelhamento da instituição.

– Isso é fundamental para que a Marinha possa cumprir as missões que lhe são afetas – destacou.

Maciel declarou ser fundamental que o governo conclua os

Ele aproveitou a oportunidade para pedir a destinação de mais recursos orçamentários à Força, para serem utilizados, principalmente, em pesquisa, ciência e tecnologia.

Emocionado, Tuma disse que a Marinha “é uma lição de vida e está aberta democraticamente a todos os brasileiros que desejam servir ao país”. O parlamentar afirmou que até hoje guarda “com carinho” o título *Amigo da Marinha* concedido a ele há vários anos. Destacou que a Armada é um exemplo de instituição, “sempre norteada pela ética, disciplina e amor à pátria”.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) agradeceu à Marinha, em nome dos ribeirinhos da Amazônia, que só viram até hoje dentistas e médicos da instituição. O parlamentar também fez um apelo para que seja instalada no estado de Roraima uma capitania da Força.

Em nome da liderança do PMDB, o senador Ney Suassuna (PB) também pediu mais recursos para a Marinha brasileira, que seriam utilizados na melhoria salarial da corporação, em pesquisas e na construção de navios.

No entender do senador, o Brasil, por ser um país continental, exige que a sua Marinha seja melhor aparelhada e receba novas embarcações de combate.

estudos referentes ao Programa de Reaparelhamento da Marinha 2006/2025, que prevê a reposição de diversos navios desincorporados da Armada. O senador reforçou que esse programa, além de viabilizar a eficiência operacional da Marinha, trará reflexos positivos para a economia nacional, ao estimular um grande número de atividades de toda a cadeia produtiva relacionada ao setor.

O senador pediu atenção especial ao Projeto Aramar, desenvolvido pela Marinha em parceria com outras instituições, para pesquisa no campo da física nuclear.

Audiência pública que discutiu a situação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica reuniu ontem na CRE os comandantes das três Armas e o ministro da Defesa

Debate aponta necessidade de recursos para as Forças Armadas

O pagamento de *royalties* ao Exército, como compensação pela defesa de usinas hidrelétricas, refinarias de petróleo e outras instalações públicas, foi sugerido ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo comandante da Arma, general-de-exército Francisco Roberto de Albuquerque. Ele apontou o Chile como exemplo a ser seguido.

– O Chile se utiliza de recursos que vêm da exportação do cobre anualmente. Com isso, as Forças Armadas estão preparadas – comparou Albuquerque, durante a audiência sobre o “Panorama das Forças Armadas Frente à Realidade Brasileira Atual”.

Ao expor a situação atual do Exército, o general observou que

a idade média das viaturas utilizadas é de 20 anos. Albuquerque disse ainda que o Exército tem procurado obter o melhor resultado possível a partir de cada real destinado pelo Orçamento.

O comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, informou que sua Arma já conta com *royalties*, mas apenas na lei. Os recursos para o reaparelhamento da Marinha a partir da exploração de petróleo, relatou, têm sido contingenciados pelo governo.

– A liberação dessa reserva permitiria iniciar o programa de reaparelhamento da Marinha. E os repasses de *royalties* para estados e municípios são feitos sem problemas – comparou.

O programa de reaparelha-

mento, explicou, tem uma fase de recuperação de navios e aeronaves que duraria quatro anos e teria custo de R\$ 290 milhões anuais. O programa estabelece ainda o reaparelhamento da Marinha ao longo de 20 anos.

O projeto aprovado pelo Senado que permite a aquisição de aviões Mirage 2000 usados, da França, foi elogiado pelo comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno. Ele alertou, porém, para a necessidade de se planejar a aquisição de aeronaves novas.

– Existem aeronaves mais modernas, custando 60 milhões de dólares cada. Estamos comprando 12 Mirage por 60 milhões, mas daqui a cinco anos os aviões estarão se desgastando – disse.



Entre Antonio Carlos (E) e Saturnino (D), o almirante-de-esquadra Roberto Carvalho e José Alencar participam de audiência na CRE

Alencar quer garantir 2,5% do PIB para a Defesa

Em depoimento à CRE, o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, defendeu a aprovação de proposta que destina às Forças Armadas, pelo prazo de dez anos, orçamento equivalente a pelo menos 2,5% do produto interno bruto (PIB).

Segundo a matéria (PEC 49/04), de autoria de Marcelo Crivella (PMR-RJ), seriam vedadas limitações à execução das dotações orçamentárias destinadas ao reaparelhamento e modernização das Forças Armadas. A PEC está pronta para ser votada na Comissão de Justiça, mas o relator, José Jorge (PFL-PE), apresentou voto pela rejeição da proposta.

Senadores discutem medidas para superar dificuldades financeiras

Senadores presentes à audiência pública “Panorama das Forças Armadas Frente à Realidade Brasileira Atual”, realizada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), mostraram-se preocupados com as dificuldades financeiras enfrentadas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu o pagamento de *royalties* às Forças Armadas como forma de reforçar suas finanças. A sugestão recebeu apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG). Sobre a atuação do Exército na área de segurança pública, Roberto

Saturnino (PT-RJ) questionou o general Francisco Roberto de Albuquerque sobre a intervenção da Arma na contenção da violência no Rio de Janeiro. Em resposta, Albuquerque considerou que o problema vivido pelo estado ultrapassa o simples emprego das Forças Armadas, dependendo sua solução do combate à impunidade e de uma presença mais marcante do poder público na assistência social em áreas carentes.

Participaram ainda do debate os senadores Marcelo Crivella (PMR-RJ), para quem as Forças Armadas são um sonho que ainda não se tornou realidade, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Aprovada pela CCJ, proposta que prevê a avaliação das metas a serem perseguidas pelos governantes no campo social vai ao Plenário, para discussão em primeiro turno

Proposta abre caminho para lei de responsabilidade social

A exemplo do que já ocorre com a ordem econômica e financeira, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Brasil poderá ter uma lei de responsabilidade social. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, parecer favorável à proposta de emenda constitucional da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que prevê indicadores para avaliar "os avanços a serem perseguidos pelos gestores públicos no campo da ordem social".

A proposição constitui o passo inicial para a aprovação, em breve, de uma lei de responsabilidade social, que defina metas macrossociais para o país e, complementarmente, institua



Lúcia Vânia defende acompanhamento da execução das metas nos municípios

um índice nacional de responsabilidade social. A matéria segue para discussão e votação, em primeiro turno, no Plenário do Senado.

Segundo a proposta, o artigo

193 da Constituição passará a ter a seguinte redação: "A ordem social tem como base o primado do trabalho e, como objetivo, o bem-estar e a justiça sociais, a serem avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social, nos termos de lei complementar".

Lúcia Vânia explica que o índice de responsabilidade servirá para identificar os municípios brasileiros onde as metas macrossociais serão mais bem aplicadas. A iniciativa deverá contar com o apoio de bancos internacionais de fomento e instituições mundiais que já utilizam parâmetros semelhantes, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Voto fora do país para senador e governador

O voto em trânsito para governador, vice-governador e senador, por eleitores que estiverem fora do país no dia da eleição, é o que faculta projeto da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na discussão da proposta, a senadora lembrou que, atualmente, o voto em trânsito no exterior só é permitido para presidente da República, nas sedes das embaixadas e consulados.

– Este projeto tramitou durante muito tempo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio da qual consultamos o Itamaraty sobre a viabilidade da votação para todos os cargos. Mas o ministério alegou limitações tecnológicas para ampliar a votação para as prefeituras – explicou Ideli.

Para o relator do projeto, senador Amir Lando (PMDB-RO), o número de brasileiros que residem no exterior – mais de 1,5 milhão, segundo censo realizado pelo Itamaraty – justifica a adoção da medida.



Comissão acolhe substitutivo de Edison Lobão (E), ao lado de César Borges e Tourinho

Crimes contra sistema financeiro podem ter penas mais rigorosas

Os crimes contra o sistema financeiro nacional poderão ter as penas agravadas, conforme projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mediante substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA).

A proposta (PLS 439/03) determina que a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante fiança, cujo valor será estabelecido levando-se em conta a vantagem auferida com a prática do crime. Conforme a proposição, que aumenta a punição para 23 crimes praticados contra o sistema financeiro, gerir fraudulentamente instituição financeira, dando causa à decretação da intervenção,

da liquidação extrajudicial ou da falência, pode resultar em reclusão de seis a 15 anos, mais multa. Se a gestão for temerária, a pena prevista é de quatro a dez anos, mais multa.

Impunidade

Demostenes argumenta, em defesa do projeto, que os crimes contra o sistema financeiro "estão entre os de maior impunidade e são exemplos de ineficiência penal no Brasil".

Na mesma reunião, a CCJ aprovou projeto (PLC 94/05) do Executivo que autoriza o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a alienar lotes de sua propriedade localizados no Setor de Autarquias Sul, em Brasília. A proposta foi, posteriormente, aprovada pelo Plenário do Senado.

Jane Araújo



Osmar (à esquerda, com Arns) e Suplicy são autores de propostas sobre cooperativas

Especialistas debatem em audiência organização de cooperativas no país

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu ontem, em audiência pública com o representante do Ministério da Agricultura, Márcio Portocarrero, e o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Paul Singer, a organização de sociedades cooperativas no país, para instruir o exame de projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR).

A proposição (PLS 171/99) tramita em conjunto com o PLS 605/99, de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e o PLS 428/99, do então senador José Fogaça. As três matérias têm como relator Demostenes Torres (PFL-GO), que defende a aprovação da proposta de Osmar.

Singer e Portocarrero divergiram quanto a uma representação única do sistema cooperativista, mas concordaram com a criação de grupo de trabalho para oferecer sugestões. O grupo de trabalho, sugerido por Suplicy, obteve apoio do autor da matéria.

Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Portocarrero defendeu a representação das cooperativas em uma única entidade. Paul Singer, porém, disse que a unicidade na representação deve ser decidida pelos próprios associados de forma "compulsória", pela legislação. Segundo ele, "o cooperativismo brasileiro expandiu-se e diversificou-se ideologicamente nos últimos anos, e não faz sentido que diferentes concepções estejam representadas em uma única entidade".

O presidente da Comissão de Agricultura, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), disse que o projeto de Osmar Dias também vem sendo debatido na Casa Civil da Presidência da República, mas que a decisão final sobre a questão será tomada pelo colegiado.

Sérgio Guerra defendeu ainda a realização de audiências públicas sobre supostas manipulações no preço da carne bovina.

Suplicy anuncia criação de grupo de trabalho para sugerir regras

Para se chegar a um entendimento entre os projetos de lei que visam regulamentar as sociedades cooperativas, será formado um grupo de trabalho com integrantes do Senado, da Casa Civil e dos ministérios da Agricultura e do Trabalho. O anúncio foi feito, em discurso no Plenário, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Ele destacou o caráter democrático das sociedades cooperativas, nas quais os membros participariam tanto das decisões sobre sua organização como daquelas relativas à distribuição dos resultados de suas atividades. Suplicy lembrou que essas sociedades se constituem tanto para a produção no meio rural como no meio urbano.

O parlamentar informou que a formação do grupo de trabalho

foi acertada durante reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da qual também participaram os senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Demostenes Torres (PFL-GO).

Suplicy ressaltou que uma das diferenças entre o projeto de sua autoria e o de Osmar Dias é que este último exige que todas as sociedades cooperativas estejam filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O senador argumentou, no entanto, que, de acordo com o artigo 5º da Constituição brasileira, nenhuma pessoa ou organização pode ser obrigada a se filiar a uma organização. Eduardo Suplicy lembrou ainda que o ex-senador José Fogaça também é autor de projeto que visa regulamentar o setor de cooperativas.